

DOSSIÊ: PERSPECTIVAS QUEER NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

**CONSIDERAÇÕES TRANSFEMINISTAS SOBRE LINGUAGEM,
IMAGINAÇÃO E DECOLONIALIDADE: A IDENTIDADE DE GÊNERO
COMO CATEGORIA ANALÍTICA**

*(Transfeminist considerations on language, imagination and decoloniality:
Gender Identity as an analytical category)*

*(Consideraciones Transfeministas sobre Lenguaje, Imaginación y Decolonialidad:
La identidad de género como Categoría Analítica)*

Viviane Vergueiro Simakawa ¹
(Universidade Federal da Bahia)

Recebido em: novembro de 2020
Aceito em: dezembro de 2020
DOI: 10.26512/les.v21i2.35169

¹ Viviane Vergueiro é pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS-UFBA), doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM-UFBA), e integrante do coletivo De Transs pra Frente. msviviane@gmail.com.

RESUMO

Neste texto, gostaria de compartilhar algumas considerações sobre a categoria analítica identidade de gênero, elaboradas a partir de referenciais teóricos, políticos e práticos transfeministas, e com o objetivo de entrelaçar linguagem, imaginação e decolonialidade enquanto conceitos interessantes para evidenciar alguns aspectos e desafios que essa categoria traz para diferentes dimensões de saber-poder na linguagem, de reflexões e práticas trans+feministas, e de considerações decoloniais. Em termos metodológicos, proponho um caminho autoetnográfico afetado, onde os referenciais teóricos transfeministas são cúmplices de um processo afetivo de reflexão e de produção de conhecimentos.

Palavra-chave: *Identidade de Gênero. Transfeminismos. Interseccionalidade. Decolonialidade.*

ABSTRACT

In this text, I would like to share some considerations about the analytical category gender identity, elaborated from theoretical, political and practical transfeminist references, and with the aim of intertwining language, imagination and decoloniality as interesting concepts to highlight some aspects and challenges that this category brings to different dimensions of knowledge-power in language, reflections and trans + feminist practices, and decolonial considerations. In methodological terms, I propose an affected autoethnographic path, where the transfeminist theoretical references are complicit in an affective process of reflection and knowledge production.

Keywords: *Gender identity. Transfeminisms. Interseccionality. Decoloniality.*

RESUMEN

En este texto me gustaría compartir algunas consideraciones sobre la categoría analítica identidad de género, elaborada a partir de referencias transfeministas teóricas, políticas y prácticas, y con el objetivo de entrelazar lenguaje, imaginación y descolonialidad como conceptos interesantes para resaltar algunos aspectos y desafíos que esta la categoría trae a las diferentes dimensiones del conocimiento-poder en el lenguaje, reflexiones y prácticas trans + feministas, y consideraciones decoloniales. En términos metodológicos, propongo un recorrido autoetnográfico afectado, donde los referentes teóricos transfeministas son cómplices de un proceso afectivo de reflexión y producción de conocimiento.

Palabras clave *Identidad de género. Transfeminismos. Interseccionalidad. Decolonialidad.*

INTRODUÇÃO

Início esse texto com duas colocações que apresentam, de alguma maneira, dois aspectos relacionados à linguagem sobre identidades e expressões de gênero, delineando condições bem diferentes para a im+possibilidade de um corpo, existência e trajetória subjetiva definir para si um nome, um gênero ou mesmo uma violência contra si. Recorro aos ensinamentos e análises compartilhados por Rodrigo Borba (2016) e Danilo Silva (2019a, 2019b), entre outras pessoas, para compreender os efeitos vários que a linguagem pode ter sobre sociedades e culturas, especialmente sobre grupos marginalizados e invisibilizados, para analisar de que formas vão se constituindo marginalizações e injustiças contra eles.

Um de meus argumentos centrais, aqui, parte da ideia de que a linguagem é uma dimensão fundamental das dinâmicas de saber-poder, e que as imaginações a partir de desejos decoloniais são

elementos potenciais para transformações nessa linguagem, e portanto um espaço de disputa política indispensável. Aciono os conceitos de imaginação e decolonialidade por considerá-los críticos na análise da categoria identidade de gênero, que pode ser genealogicamente situada entre a criminalização, a patologização e a redenção – ou, conforme Maria Luiza Rovaris Cidade (2016), entre “a lógica e os lugares fixos da clandestinidade, do fetiche e do crime”. Tais localizações limitam imaginários, desejos, afetos, teorias e estratégias, configurando uma série de dispositivos de saber-poder que naturalizam injustiças epistêmicas, hermenêuticas, existenciais (FRICKER, 2006). Entre essas injustiças, considero aquelas relacionadas às im+possibilidades institucionais e não institucionais de existência de pessoas de identidades de gênero trans, travestis, não binárias e não ocidentais em América Latina, um contexto cuja economia política é turbulenta e relacionada à produção de subjetividades neoliberais periféricas, produção que é afetada pelos recursos e ações políticas ligados às agendas internacionais antigênero². Pergunto-me sobre as maneiras pelas quais as transformações na linguagem em torno de identidade e expressão de gênero, de sexualidades e corporalidades, têm sido potências de resistência ou assimilação a um sistema-mundo ocidentalizado e supremacista, e têm permitido encontrar brechas de autonomia a partir de leis de identidade de gênero, protocolos de saúde e quilombos urbanos.

Em sua tese, Thiago Coacci (2018, p. 209) faz uma reflexão sobre as mudanças na linguagem para se referir a pessoas trans, apontando como ela “passou por grandes mudanças nas últimas décadas”, e mostrando como a “mudança não se deu apenas na forma como as pessoas trans são tratadas, agora com seu gênero respeitado”, mas também os “temas de pesquisa se ampliaram significativamente e, mais recentemente, [...] vem ocorrendo um processo de mudança gradual nas categorias analíticas”. Ele ainda aponta que a “alteração não se restringe aos trabalhos acadêmicos, mas atravessa diversas arenas, chega até mesmo na mídia e na política institucional que passa [...] a adotar algumas categorias transfeministas”.

Espero que visibilizar essas considerações transfeministas seja uma contribuição para as reflexões sobre as linguagens disponíveis para as diversidades corporais, identidades e expressões de gênero e sexualidades. Em especial, gostaria de compartilhar sobre como essas considerações dialogam com quatro dicotomias importantes para os debates trans+feministas: público/privado, sexo/gênero, natureza/cultura, corpo/mente.

Ter em mente as fraturas biopolíticas que compõem o que definimos por realidade pode ser um ponto de partida crítico para se re+imaginarem “novos métodos, linguagens, imagens”, e gostaria

² Um importante panorama internacional dessas agendas é apresentado em publicação recente da Revista Psicologia Política, com edição de Sonia Corrêa e Marco Aurélio Máximo Prado (2018).

de compartilhar algumas ideias sobre a identidade de gênero como uma espécie de fratura, tendo por fundamento algumas perspectivas trans+feministas. Assim, quero tomar esse ponto de partida, das fraturas biopolíticas e dos limites e potenciais de imaginação, para pensar sobre minha localização em termos de identidade de gênero. Uma localização que é, afinal, um conjunto de localizações – de classe, raça-etnia e religiosidade, por ex. –, sendo todas elas também dinâmicas nas trajetórias de vida. Parto daí para notar minhas potências e limites de análise sobre o que Beatriz Pagliarini Bagagli (2013) caracteriza como cisnormatividade – conjunto de dispositivos de poder institucionais e não institucionais que produzem, ou ao menos são projetados para produzir, a cisgeneridade enquanto a identidade de gênero ‘esperada’, ‘natural’, saudável, ‘biológica’, ‘congruente’.

O que significaria, para aquela pessoa que, até seus vinte e poucos anos, era auto+identificada enquanto um homem cis branco-asiático hetero agnóstico de classe média, saber que alguns anos depois se situaria a partir do ‘lugar de fala’³ de uma travesti branco-asiática bissexual atea de classe média? Esses últimos anos ‘pós-transição’ têm sido um acúmulo de reflexões, inseguranças, afetos, culpas e vergonhas sobre essa existência outrora impensável, e o privilégio de poder conhecer, aprender e me afetar por pessoas em ativismos, meios acadêmicos e profissionais. Na dissertação de mestrado que desenvolvi (VERGUEIRO, 2015), procurei refletir sobre a cisgeneridade como normatividade a partir de 3 traços: pré-discursividade, binariedade, permanência. Nela, tentei entrelaçar essa reflexão teórica com as dinâmicas socioculturais em relação à minha própria identidade de gênero, em um processo que chamei de autoetnográfico. É por realizar esse processo a partir da interseccionalidade como categoria-chave de análise que considerarei importante dizer um pouco de mim e meus privilégios, anseios e agonias, para relacionar isso à reflexão teórica, prática, política em sentidos que não são somente ligados à identidade de gênero. Tenho tentado aprender e colaborar, a partir dessas encruzilhadas identitárias, de devires e assujeitamentos, para que nossas teorias e práticas sirvam para dialogar, com sinceridade e vontade de transformação coletiva, sobre perspectivas excludentes como a da segunda epígrafe desta seção.

Nesse sentido, inicio esses diálogos com algumas hipóteses sobre pontos de contato e tensão entre perspectivas trans+feministas, compreendendo as complexidades dessas perspectivas não como separação inevitável, mas como parte de um “único organismo complexo e interdependente”, fomentando uma “política de coalizão” que “seja capaz de lidar com variações, diversidades e especificidades; que seja capaz de colocar hierarquias e iniquidades internas em questão; e que

³ Recentemente, este conceito foi discutido por Jota Mombaça (2017) de maneira interessante, em www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala: “A noção de saberes situados precisa começar a servir para que pessoas brancas se situem de sua branquitude, pessoas cis de sua cisgeneridade, e por aí.” De maneira mais ampla, o conceito é apresentado por Djamila Ribeiro (2017).

trabalhe no sentido da justiça social e equidade para todas pessoas marginalizadas” (SCOTT-DIXON, 2009, p. 33-35, tradução minha). Sendo assim, esses diálogos procuram refletir acerca dos entrelaçamentos entre as categorias identidade de gênero, sexualidade, raça-etnia, classe, entre outras, seguindo análises apresentadas “por Gomes de Jesus (2012, 2013, 2014), Alves (2012), Coacci (2013) e V. (2012), assim como pelas análises e textos publicados no blog <http://transfeminismo.com/>” (BAGAGLI, 2013). Em alguns momentos, convidada a falar sobre o tema, procurei definir os transfeminismos como perspectivas que buscavam contribuir para 2 caminhos:

- aprender com as produções teóricas, estratégias e práticas feministas, aproximando as lutas de pessoas trans e travestis das lutas feministas, ampliando o potencial de coalizões políticas para além do contexto lgbt, e pensando a partir de lentes de gênero;

- dialogar com teorizações e práticas feministas, no sentido de pensar as formas de marginalização e violência comuns e específicas que atravessam mulheres cisgêneras, pessoas trans e travestis. Em outras palavras, “propor redefinições e complexificações dos escopos de lutas feministas” (VERGUEIRO, 2015, p. 37), e re+considerando presenças e ausências de pessoas trans e travestis em espaços de construção política, afetiva, acadêmica.

1. PÚBLICO/PRIVADO: PASSABILIDADES, PISTAS

Nesta seção, assim como para os próximos binômios, a ideia é traçar algumas linhas para se pensar como o vetor identidade de gênero se relaciona com eles. Nesse sentido, destaco inicialmente que o binômio público/privado tem uma importância “central para quase dois séculos de escrita e luta política feministas” (PATEMAN, 1996, p. 31), e me parece importante associar essa centralidade à sua relevância dentro da tradição ocidental de pensamento, na qual a definição das fronteiras entre público/privado formam as bases para se pensar a legitimidade ou não da intervenção do Estado sobre a vida e as decisões das pessoas. Como aponta Marlise Matos (2009), ao trabalhar as complexidades do conceito de cidadania, o público/privado é um “eixo bastante arraigado no pensamento ocidental que se incumbiu de diferenciar mundos opostos, estanques e assimetricamente valorados nos quais as nossas principais noções para nos referirmos à cidadania ocidental foram moldadas”.

Uma diversidade de críticas feministas incidiu sobre esse binômio como um elemento crítico para se pensar a situação das mulheres. Susan Moller Okin (2008, p. 312) aponta, por exemplo, como o slogan feminista que diz “o pessoal é político” sintetiza um dos fundamentos “das críticas feministas à convencional dicotomia liberal público/doméstico”, e também como distintas perspectivas feministas se empenharam em desconstruir ou destruir alguns aspectos patriarcais associados a essa distinção. Sendo assim, é possível notar como as teorizações e práticas feministas, ao considerarem

o público/privado, variaram entre perspectivas que “não question[aram] ou desafi[aram] o papel especial da mulher no interior da família”, e críticas de feministas radicais e socialistas às formas ideológicas desse conceito de família, que naturaliza uma divisão sexual do trabalho injusta para as mulheres – sendo essa divisão injusta alimentada pelas supostas fronteiras de público/privado, ou público/doméstico, e se reproduzindo nos mercados de trabalho, por exemplo. Nesse sentido, é fundamental considerar como as críticas das mulheres negras e racializadas, feministas ou não, e de feministas não heterossexuais, deslocaram e questionaram os limites do eurobrancocentrismo, na genealogia desse binômio (DAVIS, 2016; OYĚWÙMÍ, 1997).

Ainda no campo de críticas feministas ao binômio público/privado, quero seguir acompanhando Susan Moller Okin (2008, p. 306-308) para apontar duas ambiguidades que podem ser úteis para pensar como a identidade de gênero, enquanto categoria, pode incidir sobre esse binômio. Uma delas se refere ao (1) “uso da terminologia para indicar ao menos duas distinções conceituais centrais”, sendo o público/privado utilizado “tanto para referir-se à distinção entre Estado e sociedade [...], quanto para referir-se à distinção entre vida não doméstica e vida doméstica”; a outra ambiguidade, por sua vez, refere-se a como (2) “a distinção liberal existente entre público e doméstico é ideológica no sentido de que apresenta a sociedade a partir de uma perspectiva masculina tradicional” (ibid., p. 315), indicando como hierarquias patriarcais se naturalizam sob a forma de universalidades.

Um outro paradigma epistêmico que nos aproxima das questões de identidades de gênero e sexualidades é pensar a partir do armário enquanto dispositivo regulador do público/privado. Ao analisar a “presença formadora” do armário nas vidas de pessoas gays, Eve Kosofsky Sedgwick (2007, p. 22) apresenta elementos para compreender esse dispositivo, ao pensar a dinâmica contextual do armário – “até entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas” – e suas implicações institucionais e não institucionais enquanto exigência de “novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição” para pessoas de sexualidades não heterossexuais.

Evidenciar as complexidades e exigências em torno do dispositivo do armário nos séculos XX e XXI, através das dinâmicas de ativismos e in+visibilidades na sociedade, e em tempos de *big data*, apresenta desafios consideráveis para as teorizações trans+feministas sobre público/privado. Por sua vez, nesse esforço de pensar segredo e revelação, conhecimento e ignorância sobre as sexualidades, acredito que a autora nos apresenta questões que nos permitem incidir sobre o binômio público/privado para explicitar as especificidades dos armários de pessoas não cisgêneras. Penso, assim, que vale cartografar (em suas especificidades e dinâmicas compartilhadas) os dispositivos do armário em relação às expressões e identidades de gênero de pessoas trans, travestis, não binárias.

Uma outra ligação que pode servir à complexificação da análise sobre público/privado é trazida pelo conceito de precariedade, presente no trabalho de Judith Butler (2009). A partir de Alexandre Sousa (2017, p. 4), fiquei ponderando sobre como traçar os caminhos entre as dimensões existenciais e da expressão individual – aspectos que nos aproximam do privado – aos mecanismos socioculturais e institucionais que produzem precariedades. Entre as reflexões do autor sobre os diálogos entre Judith Butler e Vladimir Safatle, ele nos apresenta alguns “vínculos entre performatividade de gênero e precariedade”. Como afirmou a autora:

Precariedade é, obviamente, ligada a normas de gênero, a partir do momento em que sabemos que aqueles que não vivem seus gêneros de formas inteligíveis estão expostos a riscos e violências. Normas de gênero têm tudo a ver com nós podermos aparecer no espaço público; como e de que forma o público e o privado são distinguidos; e como essas distinções são instrumentalizadas a serviço de políticas sexuais. Quem vai ser criminalizado tendo por base sua aparição pública; quem não será protegido pela lei, ou mais especificamente, pela polícia, nas ruas, ou no trabalho, ou em casa. Quem será estigmatizado; quem será objeto de fascinação e consumo do prazer? (BUTLER, 2009, p. 08, tradução minha)

Assim, a partir dessas considerações, como pensar os corpos trans travestis em relação ao binômio público/privado? Acredito que centralizar nossa episteme nesses corpos exige que trabalhemos sobre como a identidade de gênero requer complexificar e re+imaginar esse binômio. A seguir, compartilho algumas ideias relacionadas a essa complexa re+imaginação:

- Que conexões existem entre as socializações de pessoas trans e seus aspectos biopsicossociais de subordinação? (OKIN, 2008, p. 313) De que maneiras pensar a identidade de gênero implica em notar uma dinâmica complexa – temporal, geracional, corporal, estética – em torno de ideias como socialização, processos de transição, passabilidade, entre outras?

- Sobre o binômio público/privado e trânsitos im+possíveis, Viviane Namaste (2000, p. 135-153) comenta sobre a presença de pessoas trans em espaços públicos e as regulações normativas de gênero, no sentido de como a “entrada na esfera pública é assegurada através da performatização de uma identidade de gênero sancionada” e através da premissa de heterossexualidade, colocando pessoas não heterossexuais nem cis enquanto “um desafio fundamental ao espaço público e como ele é definido e protegido através do gênero” (p. 142).

De que maneiras as regulações violentas de gênero limitam as possibilidades do público para as pessoas trans e travestis, e como isso implica em reconsiderar percepções sobre público/privado que usamos como teoria e prática? Por exemplo, ao pensarmos como “a hora do dia e o espaço geográfico convergem para o estabelecimento de uma identidade trans pública”, como incorporar essas dinâmicas temporais e espaciais para pensar público/privado? E, por sua vez, como essas percepções e fronteiras são mobilizadas, em particular, para a legitimação de violências cissexistas –

na incidência de estupros contra expressões e identidades de gênero transmasculinas, nas violências e assédios policiais contra mulheres trans e travestis no trabalho sexual ou fora dele (penso em Laura Vermont, Dandara dos Santos e Verônica Bolina), ou nas im+possibilidades de acesso a espaços, como serviços de saúde, abrigos ou meros banheiros? (NAMASTE, 2000, p. 144-148)

- De que maneiras as leis que criminalizam práticas sexuais e expressões e identidades de gênero não heterossexuais ou cisgêneras – como as leis sobre vestimentas adequadas ao ‘sexo de nascimento’ –, mobilizam percepções de público e privado para a re+produção da cisnormatividade, tendo como consequência a restrição de distintos direitos a pessoas trans?

- Que insuficiências ficam evidentes, quando parte significativa das violências contra pessoas trans acontece no âmbito do público, em contextos que se afastam de concepções do doméstico/privado? A ‘esposa’ (cis hetero) pressuposta nas teorizações feministas, como aponta Oyèrónké Oyèwùmí (2000), precisa ser deslocada para que o público/privado possa dar conta das demandas e necessidades das travestis+putas, entre outras pessoas.

- Quais são as condições e possibilidades para enfrentarmos as precariedades afetivas das comunidades trans e travestis? O que necessitamos produzir entre essas comunidades, como possibilidades de resistência sob genocídios (JESUS, 2013)?

- No contexto recente de visibilidade, como avaliar as demandas feitas a nós pessoas trans travestis não binárias para expor trajetórias e episódios de violência ou superação, ou discorrer sobre (não) desejos de modificação corporal ou como (não) desejamos fazer sexo?

- Como enfrentar “conceitos de gênero sexistas e estereotipados” (NAMASTE, 2000, p. 164) de profissionais de saúde – não raro machos, homens e masculinos, como se colocou uma vez um psiquiatra em evento sobre saúde trans – legitimados para avaliar nossas demandas de acesso a recursos de saúde?

- Em um contexto em que identidades de gênero não cisgêneras são patologizadas, que desafios existem para resistirmos à “natureza patriarcal das noções liberais da privacidade doméstica” que legitimam intervenções cisnormativas – terapias de ‘conversão’ religiosa e psíquica, internações compulsórias – ou impedimentos ao acesso a serviços e recursos – abrigos, saúde geral e trans-específica, entre outros? Qual a importância específica e interseccional de se garantir os direitos à privacidade de pessoas trans e travestis em situação de subalternidade, nas relações com suas próprias unidades familiares? (OKIN, 2008, p. 322)

2. SEXO/GÊNERO: AUTOIDENTIFICAÇÃO, ATRIBUIÇÃO SOCIOCULTURAL

O binômio sexo/gênero constitui elemento importante dentro da institucionalização acadêmica de teorizações e lutas feministas, sendo geralmente acionado para “ênfatisar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”, em uma “rejeição do determinismo biológico” e proposição de “uma noção relacional em nosso vocabulário analítico” (SCOTT, 1995, p. 72). Nesse sentido, é um esquema conceitual que também visou, para além de uma mera inclusão de novos temas a uma dada ciência, uma transformação fundamental de “paradigmas disciplinares”, impondo “um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente como um todo” (SCOTT, 1995, p. 73).

Teóricas como Gayle Rubin (1993), ao considerarem “a questão da natureza e gênese da opressão e subordinação social das mulheres”, uma vez que uma “análise das causas da opressão das mulheres serve de base à definição do que deveria ser mudado para que se construísse uma sociedade sem hierarquia baseada em gênero” (RUBIN, 1993, p. 1), foram fundamentais para fortalecer o gênero enquanto categoria instrumental para uma transformação sociocultural feminista. Um desses conceitos é o de “sistema de sexo/gênero”, que “numa definição preliminar, é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 3).

Margaret Mead (1979) tem relevância no caminho feminista teórico sobre as variações culturais na formação de ideias de gênero, ou conforme aponta Henrietta Moore (1997, p. 2), “a ideia de que os termos ‘mulher’ e ‘homem’ denotam construções culturais em vez de tipos naturais fora introduzida [...] por Margaret Mead”. Entretanto, torna-se inevitável a pergunta sobre o que foi perdido pela mirada de Mead, em relação às identidades e perspectivas de gênero fora do escopo ocidentalizado, e ‘primitivizadas’/simplificadas em sua mirada.

Ao expor sua motivação pela escolha dessas sociedades ‘primitivas’, obtemos elementos acerca do seu encaixe epistêmico: um laboratório simplificado em relação àquilo que é supostamente complexo e civilizado nos povos “como o nosso” (MEAD, 1979, p. 22):

Estudei esse problema em sociedades simples, porque nelas temos o drama da civilização redigido de forma sucinta, um microcosmo social semelhante em espécie, porém diferente, em tamanho e grandeza, das complexas estruturas sociais dos povos que, como o nosso, dependem de uma tradição escrita e da integração de grande número de tradições históricas conflituais.

Ao considerarmos a identidade de gênero como categoria analítica, potencializa-se uma contribuição crítica a algumas limitações na utilização desse binômio. Seguindo análises apresentadas por Joan Scott (2001), em uma publicação posterior e reflexiva sobre o seu marcante texto ‘Gênero:

uma categoria útil de análise histórica’ (SCOTT, 1995), pensamos alguns aspectos nesse entrelaçamento entre identidade de gênero e a crítica sobre gênero:

- o uso da categoria gênero como um sinônimo, implícito ou explícito, de mulheres;
- a recusa em lidar com o corpo enquanto campo de incidência crítica, evitando notar “a interdependência dos dois termos [sexo/gênero]: se o sexo não é inteiramente natural, nem o gênero é inteiramente social” (SCOTT, 2001).
- a consideração dos processos socioculturais e institucionais envolvidos na ‘atribuição do sexo ao nascer’, fenômeno crítico para reflexões sobre questões trans e intersexo;
- a compreensão crítica dos aspectos geralmente associados ao conceito de ‘sexo’, conforme indicado por Anne Fausto-Sterling (2001, p. 19): “Quanto mais procuramos uma base física simples para o ‘sexo’, mais claro fica que o ‘sexo’ não é uma categoria física pura. Aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas ideias sobre o gênero”.
- o posicionamento da autoidentificação subjetiva como categoria relevante para se pensar sexo/gênero, a partir de Julie Greenberg (2006);
- a presença histórica da categoria gênero com debates relativos a pessoas trans e intersexo, na medida em que a separação sexo/gênero emerge da sexologia⁴, por exemplo.

Penso que a percepção crítica sobre o binômio sexo/gênero envolve o reconhecimento dos processos de transformação civilizatória mais amplos nos quais estamos implicadas, nos termos trazidos por María Lugones (2014, p. 938):

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, [...] da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica. Assim, à medida que o cristianismo tornou-se o instrumento mais poderoso da missão de transformação, a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais.

Nossas identidades de gênero, constituídas nessas fronteiras e nos processos subjetivos que envolvem a autopercepção e performatividade do corpo, das expressões e vestimentas, trazem elementos e demandas políticas específicas e inseridas nesses marcos ‘civilizatórios’ contemporâneos. Entre outros elementos, e talvez isso se explicita mais em lutas como aquelas pela

⁴ Note-se como a categoria gênero emerge relacionada aos trabalhos do psicólogo e sexologista John Money (GOLDIE, 2014). Parece-me importante destacar as relações complexas entre produção teórica e de dados, trabalho clínico, e as pessoas cujos corpos, socializações, expressões e identidades de gênero não fossem condizentes com certas normas socioculturais, sendo John Money um expoente ilustre dessas complexidades.

despatologização, as necessidades epistêmicas transfeministas seguem também uma preocupação apontada por Joan Scott (2001), no sentido de precisarmos disputar o campo das teorias das ditas ‘ciências duras’. Julia Serano (2017) traz alguns elementos para pensar isso sem negar o corpo nem naturalizar o binômio sexo/gênero, quando nota que “o sexo é multifacetado, variável, e em algum grau maleável”, e ao afirmar, sem ignorar “que diferenças sexuais biológicas não existam ou não importem”, e que “nossa definição de sexo, e a forma pela qual nós categorizamos as pessoas nos sexos, é determinada pela sociedade e suas premissas [...]. Estamos simplesmente contestando aquelas pessoas que invocam diferenças sexuais biológicas reais ou imaginadas em suas tentativas de nos excluir”.

3. NATUREZA/CULTURA: COLONIALIDADE, HIERARQUIAS

Pretende-se considerar esse binômio em relação a processos históricos que sintetizaremos no conceito de colonialidade, não somente conforme pensado por Aníbal Quijano (2005), mas particularmente desde diálogos e críticas por referenciais teóricos feministas, como por María Lugones (2014)⁵, Breny Mendoza (2010) e Ochy Curiel (2007). Claudia Pons Cardoso (2012, p. 105) cita a socióloga nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (1997) para questionar “o entendimento de que gênero pode ser interpretado como princípio organizador de toda e qualquer sociedade, bem como ser modelo de explicação geral da subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo”, e exploramos uma relação potencial do binômio natureza/cultura com esse questionamento.

Operar o conceito de colonialidade para pensar natureza/cultura implica, a partir desses referenciais, analisar as estratégias discursivas de hierarquização e inferiorização que constituem esse binarismo. Se no viés eurocêntrico moderno dos projetos coloniais – nos quais a forma de pensamento dicotômica é, inclusive, um paradigma epistêmico fundamental – a cultura é associada ao ocidente⁶ e ao posicionamento da branquitude ‘iluminada’ enquanto produtora ‘civilizada’ de conhecimentos, e oposta à natureza enquanto objeto e recurso a ser compreendido, analisado e expropriado, torna-se importante compreender como a própria constituição desses termos é instrumentalizada para ‘naturalizar’, para invisibilizar e justificar as brutalidades das expropriações colonialistas.

Maria Lugones (2014, p. 936) traz uma perspectiva sobre como encarar a produção histórica do binômio natureza/cultura, compreendendo “a hierarquia dicotômica entre o humano e o não

⁵ Que, ao “pensar a colonialidade do gênero”, “complexific[a] a compreensão do autor [Anibal Quijano] sobre o sistema de poder capitalista global, mas também critico sua própria compreensão do gênero visto só em termos de acesso sexual às mulheres”.

⁶ Amartya Sen (2006, p. 88-93) comenta sobre a existência, inclusive, de uma “leitura distorcida sobre a história intelectual e científica do mundo”, que nos leva a, por ex., atribuir ‘ocidentalidade’ para saberes provenientes de outras epistemes.

humano como a dicotomia central da modernidade colonial”, e pensando a “distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano [como] imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental”, tomando colonizados como primitivos. Nesse sentido, importante notar como o binômio natureza/cultura é constituído por, e constitui, paradigmas de gênero. Sherry Ortner (1979) operacionaliza o binômio para se perguntar ‘Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?’, exercício interessante mas em que o universalismo cultural deve ser observado criticamente (CARMO, 2011, p. 3-4).

Qwo-Li Driskill (2004), por sua vez, nota como “o assédio sexual, sexismo, homofobia, e transfobia são emaranhados com a história da colonização” (p. 51), e não se surpreende com a formação da “masculinidade branca”, visto que os projetos coloniais demandaram “uma masculinidade que assassinasse, estuprasse, e escravizasse pessoas indígenas e africanas” (p. 53). Nota-se, assim, como as articulações dos projetos coloniais com questões de gênero e sexualidade são múltiplas e complexas, sendo marcantes os intentos de justificar a empreitada de exploração colonial a partir da suposta necessidade de civilizar estas gentes de práticas promíscuas e pecaminosas, conforme se continua a “impor a ideia de que a sexualidade e os gêneros não-dicotômicos são um pecado. [...] Sexualidades e gêneros queer são degradados, ignorados, condenados, e destruídos.” (DRISKILL, 2004, p. 54).

Maria Lugones (2014, p. 937) evidencia uma articulação entre gênero, raça-etnia e religiosidade nas empreitadas coloniais em que a “missão civilizatória, incluindo a conversão ao cristianismo, estava presente na concepção ideológica de conquista e colonização”, cabendo punições cruéis às pessoas que fracassassem nessa missão. E nesse sentido, “pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas por-não-mulheres”. Como pensar as localizações de pessoas colonizadas cujas sexualidades e identidades de gênero constituíssem ‘fracassos’ do ponto de vista ‘civilizado’? Que tipos de genealogias da colonialidade podem emergir daí? Penso que conceitos como os de pensamento fronteiro e amefricanidade, trazidos nos pensamentos de Gloria Anzaldúa e Lélia González (citadas em CURIEL, 2007, p. 97-99), destacam a importância de deslocar tempos-espacos, conceitos e ancestralidades para produzir conhecimentos e complexificar “o emaranhado de poder nas sociedades pós-coloniais, articulando categorias como raça, classe, sexo e sexualidade desde as práticas políticas” (CURIEL, 2007, p. 100). Deslocando terminologias, ressignificando quilombos (RATTS, 2006), e estigmas implicados nos termos travesti, viado, sapatão, entre outros.

Pensar o eixo identidade de gênero, nesse sentido, tem o potencial de trazer elementos para o debate acerca deste binômio hierarquizante e produtor de violências na linguagem. Assim, apresentamos 3 elementos que o eixo identidade de gênero pode evidenciar, como lente

interseccional: (1) a utilização das diferenças racializadas de sexualidade e identidade de gênero em relação à cisgeneridade e heterossexualidade eurobrancas cristãs como justificativa histórica para os projetos coloniais, e como alicerces de colonialidades; (2) a existência de identidades de gênero não ocidentais, e a importância decolonial de atentar ao potencial ocidentalizante e colonial dos discursos em torno das ‘identidades de gênero trans’, e mesmo da suposta transparência do conceito ‘identidades de gênero’; (3) o fortalecimento de compreensões críticas sobre corpos, identidades e expressões de gênero, sexualidades e raças-etnias, a partir da percepção das complexidades interseccionais entre esses eixos.

Esses 3 elementos constituem um campo de diálogos que desestabilizam o eurocentrismo e supremacismo branco implicados no binômio natureza/cultura, bem como a própria efetividade analítica do binômio, posto que há nesses elementos uma constatação de fronteiras e complexidades que tornam menos evidente essa separação. O que parece ficar mais exposto, assim, é o caráter hierarquizante e extrativista dos desejos de manutenção dessa separação enquanto hierarquia. A seguir, algumas questões surgidas dessa reflexão:

- Os projetos coloniais – e as colonialidades – se justifica(ra)m na premissa de civilizar ‘povos’ e exterminar imaginários sobre corpos, identidades de gênero e práticas sexuais. Quais as implicações epistêmicas dessa história e presente? Quais as relações entre a criminalização e patologização de pessoas trans e travestis e esses projetos?

- A existência de outros imaginários socioculturais se relaciona com a existência contemporânea e histórica de identidades de gênero não ocidentais, i.e., que não podem ser devidamente compreendidas a partir de vieses ocidentais. Essas identidades de gênero podem ter sua complexidade invisibilizada, caso sejam simplesmente resumidas ou categorizadas como ‘identidades trans’. É preciso abertura à imaginação de outras categorias, assim.

- As complexidades interseccionais sobre corpos, identidades e expressões de gênero e sexualidades podem ser ligadas ao conceito de decolonialidade, por exemplo no fato de esses aspectos derivarem de paradigmas racializados (sendo padrões o supremacismo branco, cis, hetero, endossexual⁷), trazendo desafios para a produção de dados, a definição de prioridades políticas ou a análise de presenças, ausências e afetos. O arcabouço teórico formulado por Kimberlé Crenshaw (1991), sobre a Interseccionalidade Estrutural, Política e Representacional, é útil para se pensar essas complexidades e suas dinâmicas específicas nas populações de identidades de gênero trans, travestis, não binárias e não ocidentais.

⁷‘Não intersexo’, uma categoria de análise sendo estudada pelo querido Amiel Vieira.

Ao pensar acerca de questões travestis, por exemplo, Mario Carvalho (2015) nota como elas elaboram determinadas configurações de sexo, gênero e sexualidade que dão significado às concepções de gênero no Brasil. Por sua vez, quando Barbosa (2010) considera as categorias travesti e transexual como performativas, nota como “tal performatividade não se esgota apenas em enunciados de gênero e sexualidade”, mas também pode ser expressa por meio “de articulações contingentes que remetem a diferenças de classe, cor/raça e geração”. Acredito que são exemplos que ilustram a importância de pensarmos localizações socioculturais ao estudar identidades de gênero, especialmente no sentido de enfrentar uma ‘ocidentalização trans’ de nossos imaginários e análises.

Penso que as considerações de Avtar Brah (2006, p. 341) sobre nossas localizações socioeconômicas são críticas para pensar as identidades de gênero, notando como nosso gênero é constituído “de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder”, sendo nossa localização realizada “através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos”. Aí, “não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas”, “forjadas a partir de articulações complexas”. Nas fronteiras entre natureza e cultura, dentro dessas relações globais de poder, que condições te(re)mos para re+imaginar coletivamente nossos lugares no mundo?

4. CORPO/MENTE: PERFORMATIVIDADES DECOLONIAIS LOMBRADAS

Iniciei minha dissertação de mestrado (VERGUEIRO, 2015) com 3 espelhos, um naquele presente de então (2013-2014), outro em um momento da adolescência, e o terceiro na vida adulta... Pensei em meu corpo/mente em cada um desses momentos, e fui tentando rememorar suas des+continuidades, trajetórias e processos... e então emergiram vergonhas, silêncios, impossibilidades, mas também processos de afetação, estudo e reflexão que, penso eu, são parte crítica do que possibilita estas palavras, autoafirmação e localização atuais.

Este corpo de trinta e poucos anos, entre hormonizações sintéticas erráticas e muitos anos de carnismo (hoje em aprendizados milenares com veganismos) e atividades físicas de final de semana. Esta mente que, depois de muitos anos ponderando e escondendo, até fala em público que é viviane, e se emociona quando percebe que aquilo que sempre pareceu lombra errada era algo compartilhado, era algo que hoje pode ser visto como luta coletiva, como resistência existencial e possibilidade de desenhar estratégias para compreender melhor os sistemas... ainda que permeados, entretanto, de feminicídios trans (JESUS, 2017).

Como articular corpo/mente, superando a hierarquização iluminista e cissexista que supõe coerências, miradas legitimadas, performatividades naturalizadas? Pensar corpo/mente implica

fronteiras interessantes, quando consideramos a identidade de gênero como categoria em diálogo com as teorias da performatividade, notando os aspectos performativos relacionados a esta categoria e, assim, seu caráter potencial enquanto “multiplicidade do fazer gênero fora do mundo ocidental-moderno” (GOMES, p. 52). Se corpo/mente constituem um dos elementos da hierarquização entre humano e não humano (GOMES, 2017, p. 66), quais são os instrumentos racionais para a manutenção da colonialidade? Camilla Magalhães Gomes (2017, p. 68) desenvolve este ponto, sobre razão e hierarquias coloniais:

Gislene Aparecida dos Santos nos mostra que, entre o colonialismo e as teorias raciais do séc. XIX há outro momento fundamental que sustenta a desumanização do não-europeu com fundamento na presença ou não da razão. Ela encontra essa fundação no pensamento iluminista e em como, ao privilegiar a razão como nota distintiva da humanidade [...] e considerando ser o papel da ciência secular a descrição da natureza, este permite olhar os nativos de América África e Ásia como inferiores (SANTOS, 2002).

Que razão localizar entre as pessoas e comunidades trans e travestis, catalogadas dentro de transtornos mentais em CIDs e DSMs⁸? Como cogitar a autonomia corporal delas, diante de estigmas de incapacidade mental (ou capacidade limitada) para tomada de decisões sobre si? Ou cogitar, até mesmo, a possibilidade de ter documentos oficiais refletindo as suas identidades de gênero? De todas maneiras, parece interessante considerar a complexidade do acesso à saúde mediado por um modelo patologizante, cuja terapêutica prevê (no geral) um diagnóstico de saúde mental para garantir algum acesso a recursos no âmbito do SUS. Nesse sentido, quero trazer alguns elementos relacionados a questões de identidade de gênero em algumas intersecções, para contribuir a esse debate corpo/mente:

- no que consideramos sexo biológico, há uma gama de elementos cuja coerência binária é pressuposta (cromossomos, níveis hormonais, gônadas, genitálias, etc) mas que traz complexidades nas quais a autoidentificação subjetiva importa (GREENBERG, 2006);

- quais as fronteiras da autonomia corporal, especialmente quando há distanciamentos em relação a trajetórias corporais cisnormativas? Que ‘ajustes performativos’ são esperados e postos como condicionantes de acesso (BENTO, apud GOMES, 2017, p. 68)? Como estas fronteiras de autonomia e tutela articulam solidariedades entre lutas trans e feministas?

- que consequências e desafios surgem da ausência e precariedade da categoria identidade de gênero em dados e informações?

⁸A Classificação Internacional de Doenças (CID), publicada pela Organização Mundial de Saúde, e o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM), publicado pela Associação Estadunidense de Psiquiatria, são duas classificações amplamente utilizadas nos sistemas de saúde ao redor do mundo.

- como mobilizar uma política cyborgue transfeminista (ver BAGAGLI, 2013) que dê conta da intersecção entre corpo e tecnologia e desestabilize binários (PUAR, 2011), em contextos de colonialidade em que a matriz “branca e cisheteroconforme” (GOMES, 2017) retira pessoas trans e travestis violentamente das dimensões do humano?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUE PODEM FAZER CONCEITOS E LINGUAGEM?

Nessas reflexões, articuladas principalmente a uma crítica feminista interseccional e decolonial, procurei conversar sobre uma categoria analítica que é bastante cara para as lutas das comunidades trans em nível internacional – a identidade de gênero –, para pensar as teorizações transfeministas juntamente às teorias feministas. Situada em um histórico de exclusões e violências, essa categoria parece ter um potencial de desestabilização interessante, algo que foi sintetizado neste trabalho a partir dos diálogos entre identidade de gênero e 4 binômios (público/privado, sexo/gênero, natureza/cultura, corpo/mente). Apresentei aspectos teóricos e práticos que evidenciam esse potencial e algumas questões, que não procurei responder exhaustivamente, mas que trazem desafios para coalizões e alianças capazes de incorporar a identidade de gênero como categoria relevante de luta política.

Finalmente, penso que as críticas à análise interseccional – particularmente em Avtar Brah (2006), Sirma Bilge (2013) e Jasbir Puar (2013) – podem fortalecer uma consideração da categoria identidade de gênero enquanto perspectiva decolonial que promova outras linguagens e imaginações. Uma recusa de essencialismos, conjugada ao reconhecimento dos limites geopolíticos e dos potenciais imperialistas (transnacionalistas?) desta categoria – como a ocidentalização implicada nas ‘identidades trans’, por ex. –, podem ser passos cruciais a serem trilhados, em um contexto de crescente visibilidade de identidades e expressões de gênero não cisgêneras. Nesse sentido, Jasbir Puar (2011, p. 349-351) comenta que “outras questões emergem quando a viabilidade da interseccionalidade na condição de marco teórico é reinserida em um cenário histórico e econômico alterado de capitalismo neoliberal e identidade”, evidenciando “os problemas geopolíticos das análises interseccionais” ao não cruzarem “fronteiras nacionais e regionais” e produzirem “versões epistemológicas estáticas das próprias categorias”, apesar de seus diferentes contextos históricos e geopolíticos:

De fato, muitas das estimadas categorias do mantra interseccionalista – originalmente voltado para a raça, classe e gênero e agora incluindo sexualidade, nação, religião, idade e deficiência – são o produto de agendas colonialistas modernistas e regimes de violência epistêmica, operantes mediante uma formação epistemológica ocidental/euro-americana através da qual toda a noção de identidade

discreta tem emergido, por exemplo, em termos de sexualidade e império. (PUAR, 2011, p. 349-351)

Que formas de imaginação e decolonialidade são e serão necessárias para desestabilizar essas agendas? Como as demandas por tais formas estarão entrelaçadas às formações e disputas na linguagem? Parece-me que são questões que envolvem, de uma ou outra maneira, os quatro binômios aqui debatidos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sex., Salud Soc.* (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 14, p. 380-407, Ago. 2013.

ANSARA, Y. G.; HEGARTY, P. Cisgenderism in Psychology: Pathologising and Misgendering Children from 1999 to 2008. *Psychology and Sexuality*, v. 3, n. 2, p. 137-160, 2012.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. *Revista Gênero*, v. 14, n. 1, 2013.

BARBOSA, Bruno Cesar. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2010.

BORBA, Rodrigo. *O (des) aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26). Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero- Pagu/Unicamp, 2006, p. 329-376.

CARMO, Íris do. Há algo de natural na natureza? Corpo, natureza e cultura nas teorias feministas. In: SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 1., 2011. *Anais eletrônicos*. Salvador: UNEB, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CIDADE, Maria Luiza Rovaris. *Nomes (Im)Próprios: Registro civil, norma cisgênera e racionalidades do Sistema Judiciário*. Diss. de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *Dossiê (In) visibilidade trans. História agora*, São Paulo, ed. especial, v. 1, n. 14, 2013.

COMUNIDAD MUJERES CREANDO COMUNIDAD. *El tejido de la rebeldía. ¿Que es el feminismo comunitario?* La Paz: Moreno Artes Gráficas, 2014.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas* (Col), n. 26, 2007, p. 92-101. Universidad Central: Bogotá, Colombia, 2007.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, v. 17/18, p. 9-79, 2001.

FRICKER, Miranda. Powerlessness and social interpretation. *Episteme*, v. 3, n. 1-2, p. 96-108, 2006.

GATE Expert Working Group. *Critique and Alternative Proposal to the “Gender Incongruence of Childhood” Category in ICD-11*. Disp. em: bit.ly/2iwNuuF, 2013.

GOLDIE, Terry et al. *The man who invented gender: engaging the ideas of John Money*. UBC Press, 2014.

GOMES, Camilla de Magalhães. *TÊMIS TRAVESTI – as relações entre gênero, raça e direito na busca de uma hermenêutica expansiva do “humano” no Direito*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2017.

GREENBERG, J. The Roads Less Traveled: The Problem with Binary Sex Categories. In: CURRAH PAISLEY; JUANG, R. M. M. S. P. (ed.). *Transgender Rights*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 2006. p. 51 – 73.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org. e trad.). *Antropologia do ciborgue. As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

hooks, bell. *From margin to center*. Boston: South End Press, 1984.

JESUS, Jaqueline. Feminismo e Identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais Dos Feminismos*, 2013, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFSC, 2013.

JESUS, Jaqueline. Femicídio de mulheres trans e travestis: o caso de Laura Vermont. *Femicídio #InvisibilidadeMata*. Débora Prado e Marisa Sanematsu (org.). Fundação Rosa Luxemburgo (ed.). São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

JESUS, Jaqueline; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, [S.l.], v. 11, n. 2, nov. 2012. ISSN 1982-5560. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150> .

MOMBAÇA, Jota. *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência*, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2yL2nOi> .

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

NAMASTE, V. K. *Invisible lives: the erasure of transsexual and transgendered people*. Chicago, Illinois: The University of Chicago Press, 2000. ISBN 0-226-56810-5.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 305-332, maio-agosto, 2008.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. *The invention of women: Making an African sense of western gender discourses*. U of Minnesota Press, 1997.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies. *Signs*, v. 25, n. 4, p. 1093-1098, 2000. Tradução para uso didático por Aline Matos da Rocha.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomía público/privado. *Perspectivas feministas en teoría política*, p. 31-52, 1996.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORREA, Sonia. 2018. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43: 444-448.

PUAR, Jasbir. *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*. Durham, 2007.

PUAR, Jasbir. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. *Meritum*, v. 8, n. 2, p. 343-370, jul-dez 2013. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/download/2171/1331> .

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RODRÍGUEZ, Claudia. *Dramas Pobres*. Santiago de Chile: Ediciones del Intersticio, 2015.

ROELOFS, Monique. Navigating Frames of Address: María Lugones on Language, Bodies, Things, and Places. *Hypatia*, v. 31, n. 2, p. 370-387, 2016.

SCOTT-DIXON, KRISTA. Public Health, Private Parts: A Feminist Public-Health Approach to Trans Issues. *Hypatia*, v. 24, n. 3, p. 33-55, 2009.

SERANO, J. *Detransition, Desistance, and Disinformation: A Guide for Understanding Transgender Children Debates*, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2lcx6Ra>.

SERANO, J. *Transgender People and “Biological Sex” Myths*, 2017. Disponível em: bit.ly/2utXPve.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. *Quando dizer é violentar: violência linguística e transfobia em comentários online*. Editora Devires: Salvador, 2019a.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. (Meta) pragmática da violência linguística: Patologização das vidas trans em comentários online. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, n. 2, p. 956-985, 2019b.

SILVA, Mariah Rafaela Cordeiro Gonzaga da. *Corpos Antropofágicos: supermáquina e interseccionalidades em cartoescrita de fluxos indisciplinados*. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.

SOUSA, A. N. de. Antígona e outros clamores: Diálogos sobre políticas de luto em Judith Butler e Vladimir Safatle. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

VERGUEIRO, Viviane. *Por Inflexões Decoloniais de Corpos e Identidades de Gênero Inconformes: Uma Análise Autoetnográfica da Cisgeneridade como Normatividade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.